

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS  
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO  
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

**Reunião n.º 54**

(Sem revisão final)

19 de junho de 2019

(10 h 20 min – 11 h 17 min)

**Ordem do dia:**

Conclusão da discussão e votação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

**Presidente da Comissão:** Filipe Neto Brandão

**Deputados:**

Telmo Correia (CDS-PP)

Ricardo Bexiga (PS)

Berta Cabral (PSD)

Jorge Machado (PCP)

João Vasconcelos (BE)

Santinho Pacheco (PS)

Diogo Leão (PS)

Ascenso Simões (PS)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito bom dia.

Vamos iniciar aquela que será a última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

*Eram 10 horas e 20 minutos.*

Concluída que está a maratona de votações parcelares do relatório e, obviamente, antes de dar a palavra aos Srs. Deputados e de procedermos à votação do relatório final, quero agradecer a todas e a todos o contributo que prestaram a esta Comissão. Estou certo de que o Parlamento sai dignificado com a vossa prestação.

Uma palavra que se impõe, e penso que todos se me associarão, é de reconhecimento aos serviços de apoio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao serviço de apoio jurídico, ao serviço responsável pelas transcrições e ao serviço administrativo. A sua disponibilidade foi inexcedível e é de inteira justiça fazer esta menção.

Posto isto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, na sequência dos trabalhos de ontem, foi, entretanto, distribuída a primeira versão final do relatório — aliás, mais uma razão de louvor aos serviços de apoio —, já com o tratamento dado às votações, que, obviamente, carecerão da apreciação de todas as Sr.<sup>as</sup> e de todos os Srs. Deputados. Estamos em condições de, com base nesse trabalho, proceder à votação e, portanto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sem mais delongas, vou colocar à votação o relatório final da Comissão de Tancos.

Antes, porém, tenho a indicação de que o Sr. Deputado Telmo Correia pretende usar da palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, estou só a estranhar a ausência do Relator...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Estou aqui!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Ah, está aí! Peço desculpa! Foi erro meu, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tratou-se de um erro de perceção do Sr. Deputado. Certíssimo.

De qualquer forma, estamos a votar o relatório final, já não estamos em fase de discussão, portanto, o Sr. Deputado Relator já não precisa de estar aqui ao meu lado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Mas, uma vez que ainda houve alterações ontem, faria sentido que estivesse presente e, de facto, está. Peço desculpa ao Sr. Deputado Ricardo Bexiga.

O Sr. **Presidente**: — Agora, sim, vamos proceder à votação do relatório final.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ascenso Simões, Diogo Leão, Filipe Neto Brandão, Jorge Gomes, Odete João, Ricardo Bexiga, Sandra Pontedeira e Santinho Pacheco, do Deputado do BE João Vasconcelos e do Deputado do PCP Jorge Machado e votos contra dos Deputados do PSD Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Fátima Ramos, Joana Barata Lopes, José de Matos Rosa e Leonel Costa e do Deputado do CDS-PP Telmo Correia.*

Nesta sequência, e em conformidade com o que havia sido acordado em reunião de Mesa e Coordenadores, os grupos parlamentares dispõem agora de um período de 10 minutos para tecerem as suas considerações, que, conforme pretendem alguns, serão anexadas ao processo para envio ao Plenário, a título de declaração de voto.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Não tínhamos combinado que as intervenções seriam por ordem decrescente?

O Sr. **Presidente**: — Decrescente, sim, do maior para o menor.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Ah, mas querem manter assim? Fiquei com a ideia de que começaria o PCP.

O Sr. **Presidente**: — De facto, essa questão foi suscitada no início. Como os 10 minutos iniciais, prévios à votação, foram pela ordem decrescente, faria sentido que estas declarações finais decorressem na sequência inversa.

Nesse sentido, daria a palavra ao Sr. Deputado Jorge Machado, se não tivesse objeções.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, o meu único protesto é por este critério ter sido adotado só na última reunião e por não termos optado por este critério mais cedo. Mas não tenho nada contra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo. Então, faremos assim.

Ao mesmo tempo que cumprimento o Sr. Deputado Jorge Machado, agradeço pessoalmente todo o contributo da bancada do Partido Comunista Português para o sucesso destes trabalhos.

Tem a palavra, Sr. Deputado, dispondo de 10 minutos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito bom dia a todos.

Queria começar por deixar um genuíno reconhecimento aos serviços, não apenas como gesto de cortesia. Fazem um trabalho muitas vezes invisível, mas que foi efetivamente exemplar e até, de alguma forma, admirável, no que toca à transcrição de algumas atas, que ocorreu com uma velocidade muito impressionante. Sinceramente, agradecemos a todos os serviços de apoio à Comissão, porque foram fundamentais para o sucesso desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Deixamos esta nota, que é merecida.

Deixo uma segunda palavra de agradecimento e, essencialmente, de reconhecimento ao esforço feito pelo Relator. A versão final do Relatório não é a versão inicial proposta, na medida em que o Relator não teve uma postura fechada, aceitou grande parte, senão a totalidade, das propostas do PCP e teve uma postura de abertura relativamente a muitos grupos parlamentares, daí que tenham sido incluídas propostas de alteração quer do Bloco, quer do PSD, quer do CDS. Portanto, a versão final do Relatório não é, nem de longe, nem de perto, a versão inicial, pois teve substanciais alterações de conteúdo e de forma que queremos sinalizar.

Nesta declaração pós-votações, queria, desde já, deixar claro que, na nossa opinião, a versão final do Relatório é, efetivamente, baseada em factos e não deixa de ser corajosa na análise, nas conclusões e nas recomendações que faz.

Antes do furto, refere o que correu mal na avaliação de como o ramo das Forças Armadas tratou a informação sobre o estado de degradação das instalações, a falta de pessoal e outros problemas detetados e de como a hierarquia tratou o problema da degradação das instalações dos Paióis Nacionais de Tancos. Essa análise é feita e são retiradas as respetivas conclusões e recomendações.

Quanto ao furto propriamente dito, o trabalho da Comissão foi valioso, com contributos para a análise, a deteção e a recolha de informações e, também, com a respetiva consideração nas conclusões e recomendações.

Há ainda um momento pós-furto, em que nos centrámos mais, que também teve esse tratamento. A gestão política por parte da hierarquia superior do Exército, os problemas detetados e a forma como essa gestão ocorreu são descritos de uma maneira corajosa, sendo feito um conjunto de recomendações. O problema da estrutura de topo da PJM (Polícia Judiciária Militar) e da investigação paralela ocorrida e os problemas que isto suscitou para o Estado de direito democrático foram abordados pela Comissão e, naturalmente, foram considerados nas recomendações e nas conclusões.

Depois, temos todo o capítulo sobre as responsabilidades políticas, esse, sim, mais controverso, na medida em que os grupos parlamentares têm perspetivas diferentes e não deixam de estar contaminados por uma leitura inicial dos acontecimentos.

Ao contrário do que foi afirmado sucessivamente e, mais particularmente, nas últimas reuniões desta Comissão, o Relatório não iliba o Governo de responsabilidades pelos problemas que ocorreram, faz, sim, uma análise do que aconteceu, sustentada nos factos e nos depoimentos. Não fomos para além disso, e esse é um aspeto que queremos valorizar e salientar, na medida em que é referido um conjunto de problemas em relação à forma como o Governo geriu o processo.

Nesta matéria, podemos colocar três grandes questões sobre o que é que o Governo sabia ou não sabia sobre o problema.

Primeiro, foi apurado que sucessivos Governos não sabiam dos problemas estruturais que existiam nos Paíóis Nacionais de Tancos e que houve uma alteração de comportamento por parte do Chefe do Estado-Maior do Exército, Rovisco Duarte, no sentido de tomar medidas. Foi depois dessa alteração de postura, já com algumas medidas, do ponto de vista político, a serem adotadas, que ocorreu o furto. Este é um facto que não deixa de ser importante sinalizar.

O Governo não soube previamente da operação de investigação paralela, montada pela PJM, e isto resulta claramente dos documentos e dos depoimentos que tiveram lugar na Comissão Parlamentar de Inquérito. O Governo soube, sim, por via de um memorando, de um conjunto de informações após a operação de recuperação do material militar.

Queria salientar este aspeto, que é determinante, porque seria particularmente grave se algum membro do Governo tivesse dado encobrimento, autorização ou proteção a uma investigação paralela que estivesse a ocorrer à margem da lei, à margem da investigação promovida pelo Ministério Público e pela PJ (Polícia Judiciária).

Isso, efetivamente, não ocorreu. Após a recuperação do material, foi transmitido um conjunto de informações em que a PJM, o seu Diretor e o Maj. Vasco Brazão tentaram, de alguma forma, implicar e envolver o Governo, contando aquilo que aconteceu numa perspetiva de valorização da PJM, que estava fragilizada e que sentia uma necessidade de afirmação neste processo, informação essa que foi, efetivamente, secundarizada pelo Ministro da Defesa de então.

Podemos dizer que o contexto em que esta mesma secundarização ocorreu a torna perceptível, compreendendo-se a razão da sua ocorrência, mas isso não a desvalorizou nem retirou consequências políticas. Aliás, a

Comissão é também, nesse sentido, perentória ao afirmar que a informação transmitida é relevante. As consequências políticas ocorreram, não foi por acaso que o Ministro da Defesa de então se demitiu, e isso, de alguma forma, esvaziou o conteúdo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, PSD e CDS-PP farão a sua análise, mas a verdade é que, depois da demissão do Sr. Ministro, houve, efetivamente, um esvaziar do objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito, que ficou patente, e as consequências políticas foram retiradas. Não há, na nossa opinião, espaço para outras considerações a não ser esta, que, efetivamente, mereceu uma análise e uma ponderação, por parte do Governo, da retirada de consequências dessa mesma desconsideração do documento.

É disto que estamos a tratar: um documento que foi entregue informalmente, sem timbre, com uma narração que foi secundarizada, desvalorizada, e é nessa desvalorização que, efetivamente, radica aquilo que, depois, veio a suscitar a demissão do Sr. Ministro da Defesa, esvaziando, portanto, aquilo que a Comissão Parlamentar de Inquérito tinha para apurar.

Ainda assim, queríamos valorizar o trabalho da Comissão e dizer que, não obstante alguns episódios de discussão mais ou menos acesa, foi possível à Comissão e aos diferentes grupos parlamentares fazer um trabalho sério e rigoroso, que, na grande maioria das audições, foi um exemplo do que deve ser uma comissão parlamentar de inquérito, na medida em que foi possível apurar um conjunto de factos que são importantes para a Assembleia da República e para o País.

O Sr. **Presidente**: — Cumprimento, igualmente, o Sr. Deputado Telmo Correia, aproveitando para agradecer todos os contributos do Grupo Parlamentar do CDS-PP para a elevação dos trabalhos produzidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tem a palavra, Sr. Deputado, nos mesmos termos.



O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, natural e logicamente, começo pelos aspetos de cortesia, agradecendo aos serviços. Estas comissões de inquérito são sempre trabalhosas, porque recebem muita documentação que necessita de muita organização, sendo necessária também muita preparação das reuniões. Portanto, agradecemos e registamos esse facto.

Sublinho também, Sr. Presidente — e sei que elogio em boca própria é vitupério —, que acho que demos um contributo, até como partido de oposição, para que o trabalho de V. Ex.<sup>a</sup>, enquanto Presidente da Comissão, decorresse com normalidade. Não procurámos, nunca, que o Presidente fosse, por assim dizer, o alvo da Comissão ou que fosse questionado. Devo dizer-lhe, por experiência própria, que é bastante relevante que o Presidente consiga conduzir os trabalhos e V. Ex.<sup>a</sup> esteve à altura dessa missão, também. Reconhecemos que não foi pela forma como os trabalhos foram conduzidos nem pela presidência que alguma coisa, fosse o que fosse, nesta Comissão, foi impedida, dificultada ou impossibilitada. Portanto, faço-lhe essa justiça que, acho, é verdadeira.

Por outro lado — e por isso perguntei há pouco pelo Sr. Relator, olhando para a cadeira vazia ao seu lado, onde ontem estava sentado o Sr. Deputado Ricardo Bexiga —, gostaria de dizer que acho que o Relator fez o seu trabalho e fez um esforço para apresentar um Relatório que não era fácil. Não é isso que está em causa.

O que acho é que, de alguma forma, o trabalho do Relator estava condicionado, desde o início, por uma perceção política que foi expressa pelo Partido Socialista, que abriu esta Comissão dizendo que não havia responsabilidades políticas e termina a Comissão concluindo que não há responsabilidades políticas, apesar do esforço de factualidade que foi feito — e estou disposto a reconhecê-lo —, designadamente nesta fase final dos

trabalhos, procurando melhorar o Relatório em aspetos de estrita factualidade.

Portanto, esta questão é, de facto, política. Aliás, pegando nesta última intervenção do Sr. Deputado Jorge Machado — não por ser o Sr. Deputado Jorge Machado nem por ser o Deputado do Partido Comunista Português aqui representado —, há, de facto, uma coisa curiosa: é que aquilo que disse o Sr. Deputado Jorge Machado nesta última intervenção não é o que diz o Relatório, porque, se fosse o que diz o Relatório, nós estaríamos bastante mais à vontade.

Ou seja, se o Relatório dissesse: «Houve responsabilidades políticas, a essência das responsabilidades políticas esteve na ação inaceitável, inconsequente, incompreensível, politicamente, do então Ministro Azeredo Lopes, por isso ele se demitiu e, com essa demissão, parte dessas responsabilidades políticas foram apuradas» — o que, de alguma forma, vai ao encontro daquilo que disse agora o Sr. Deputado Jorge Machado —, seria diferente, apesar de tudo; só que o Relatório não diz isso, o que diz é que, do ponto de vista político, não se passou nada.

Esta intervenção final até nem me surpreende, porque é coerente com aquilo que, em setembro de 2017, numa altura em que o CDS pedia a demissão do Ministro Azeredo Lopes, dizia o Secretário-Geral do Partido Comunista Português. O Secretário-Geral do Partido Comunista Português, em setembro de 2017, dizia: «O Ministro da Defesa errou quando não assumiu responsabilidades políticas», indiciando, inclusivamente, que ele devia ter apresentado a sua demissão.

Pergunto: onde é que isso está no Relatório? É que, de facto, não está! O que está no Relatório é que, mesmo no momento-chave, ele não se apercebeu bem, não deu bem por isso... O próprio esteve aqui e também já não se lembrava bem, o Chefe de Gabinete também já não se lembrava bem do que lhe tinha transmitido e a responsabilidade política desapareceu, dilui-

se, foi, de alguma forma, na nossa opinião e do nosso ponto de vista, branqueada nos trabalhos desta Comissão.

De resto, a Comissão teve coisas muito curiosas, do meu ponto de vista. Por exemplo, o Bloco de Esquerda chegou a ensaiar o seu argumentário clássico de que, no fundo, no fundo, a culpa era do Governo anterior,...

*Risos da Deputada do PSD Berta Cabral.*

... quando foi à questão do investimento e meteu o 2020, à última da hora e tal.

Obviamente, perante o que trabalhámos e vimos durante estes meses, isto é profundamente ridículo, porque a única coisa que se apurou foi que, de facto, não houve o investimento necessário, investimento esse que, obviamente, era mais difícil quando as circunstâncias económicas do País também eram mais difíceis. Foi isso que se apurou e não, propriamente, outra coisa diferente. Isso até é relativamente consensual, ou foi relativamente consensual, nesta Comissão, como foi consensual a questão do furto, a má articulação entre os serviços de informações e o próprio Exército, as reuniões que não foram conclusivas, a divergência entre se estávamos ou não perante uma hipótese de ameaça terrorista... Não creio que tudo isto tenha gerado grande diferença.

A questão começa — é aí que está o busílis — no momento em que, após a encenação, ela é comunicada ao Governo através de um documento que, na nossa opinião, é uma das peças-chave, senão a peça-chave, de todo o trabalho que fizemos e de tudo aquilo que foi possível apurar. É evidente que isto está também na investigação criminal, mas isso são outras histórias, outras questões e outra forma de análise.

O documento a que me refiro é aquele que o Diretor da PJM e o Maj. Vasco Brazão entregaram, quando foram ao Gabinete do Sr. Ministro e

disseram: «Está aqui o que aconteceu, processo ilegal, atuação ilegal, acordo com os ladrões das armas através de um informador, ação por receio de ameaças à própria família do Maj. Vasco Brazão, etc.»

Foi neste momento que o Governo tomou conhecimento destes factos todos, e o Governo não disse aqui que não tinha tomado conhecimento. De resto, devo dizer que me parece um bocadinho surreal, quase, a expressão que o Relatório usou para essa matéria, que foi: «Sim, o Ministro soube, mas secundarizou.»

Não nos estarão a tomar por tolos, passe a expressão, ou a tomar por tolos os cidadãos que acompanham esta matéria! Quer dizer, como é que é possível que um Chefe de Gabinete e um Ministro em funções tenham secundarizado uma denúncia desta gravidade, que não vem de um qualquer organismo municipal de gestão de eventos, mas sim de uma polícia de natureza militar, que disse: «Nós estamos a agir ou agimos à margem da lei, nós fizemos acordo com os traficantes, etc.»?! Secundarizou?! Não é possível! Não é possível! Não é possível!

Portanto, não secundarizou, escondeu, omitiu, não quis que se soubesse, foi conivente com a instituição que tutelava, que era a PJM. Este é o ponto e esta é a primeira e a grande responsabilidade política do então Ministro Azeredo Lopes e do Governo de que ele fazia parte, porque, depois, não é possível que o Sr. Primeiro-Ministro não tivesse nunca tomado pé nesta situação.

Não provámos isso. É evidente! Não provámos nem que o Prof. Azeredo Lopes relatou ao Sr. Primeiro-Ministro nem que o Sr. Primeiro-Ministro perguntou. Isso não foi provado e, portanto, sejamos fatuais, não posso dizer o contrário. Mas não deixa de ser surpreendente que, tendo o Governo e tendo o Ministro esta informação, nada tenham feito, porque a verdade é que nada fizeram.

Dizem assim: «Havia um processo-crime.» Está bem, mas o processo-crime não era sobre isto, era sobre o furto. E, sobre isto, nada foi feito: nem participação, nem inquérito disciplinar, nem chamada dos responsáveis, nem exigência de explicações aos responsáveis, nem demissão dos responsáveis. O Governo soube da encenação — é esse o ponto grave das responsabilidades políticas, na nossa opinião — e não agiu.

Em relação ao Sr. Primeiro-Ministro e às respostas que nos deu, devo dizer que, obviamente — repito aqui e procuro ser rigoroso —, o grau de responsabilidade não pode ser o mesmo, não pode ser visto como sendo o mesmo, mas o certo é que também há omissão. Ou seja, sabemos que o Sr. Primeiro-Ministro, inquestionavelmente, a partir do dia 12, teve toda esta informação, sabemos que participou em debates parlamentares onde evitou sempre o assunto, remetendo para a questão judicial, e, em declarações à comunicação social, já depois disto, não foi o que ele disse, foi o que não disse, ou seja, aquilo que, indiscutivelmente, já sabia e o não ter feito referência a esse facto o que, do nosso ponto de vista, politicamente, também não é correto nem é aceitável.

Enfim, considerando que o tempo de que disponho está a chegar ao fim, o que é que ainda quero dizer? Quero dizer que, não obstante tudo isto, acho que quem nos acompanhou — e os próprios relatos feitos pela comunicação social são bastante claros — percebeu, do ponto de vista político, o que é que aconteceu, quais foram as falhas e pode fazer uma leitura perfeitamente cristalina desta matéria.

Do nosso ponto de vista, quando o próprio Partido Socialista, com o apoio inequívoco, conveniente, solidário dos partidos que o apoiam naquilo que consideramos ser um branqueamento das responsabilidades políticas do Governo, diz «para que as coisas não se repitam», diria que, para que as coisas não se repitam, era muito importante que se percebesse que este

padrão político que foi usado pelo Governo não se deveria repetir, e ele tem-se repetido, nesta e noutras matérias.

Ou seja, com este Governo, nunca se passa nada! O Ministro até pode ter sido mandado embora, mas não foi por isto, foi por causa da Lei de Programação Militar, porque serviu bem o País... Tal como o Gen. Rovisco Duarte, não é? Foram sempre mandados embora por outra coisa qualquer. Ou seja, a responsabilidade política e a assunção da responsabilidade política não são claras.

É evidente que, nesta Comissão, fazendo a leitura das propostas que fizemos e daquilo que expusemos, apresentaremos uma declaração de voto por escrito, para que tudo fique registado, para que fiquem registadas as várias opiniões, porque só elas permitirão, no nosso voto de vencido, uma leitura clara.

Gostaria de dizer que, felizmente, ao nível das recomendações, retirou-se algum ridículo como, por exemplo, o da classificação dos documentos, como se não fosse obrigação que qualquer documento deste tipo fosse imediatamente registado e arquivado, como se fosse normal que um documento com esta relevância e esta denúncia tivesse, pura e simplesmente, desaparecido e ninguém no Ministério soubesse dele — aliás, ele foi recuperado jornalisticamente, através de quem o tinha e o entregou à comunicação social, mais de um ano depois — e não desse imediatamente azo a uma denúncia óbvia, que não foi feita. Portanto, para que isto não se repita, é muito importante que a leitura desta Comissão seja global e completa.

Termino, assim, a fundamentação do nosso voto contra o Relatório, tendo salientado o trabalho, o que lá está e que é positivo. O principal defeito é aquilo que não está no Relatório, ou seja, a ausência das responsabilidades políticas do Governo. Não é o que lá está, é o que falta que nos leva a votar contra e apresentaremos uma declaração de voto por escrito.

Peço desculpa, Sr. Presidente, mas releve nos cumprimentos merecidos, designadamente a V. Ex.<sup>a</sup>, o tempo que excedi na minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Telmo Correia, descontei esses minutos, que, obviamente, não contariam jamais para o tempo do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos, a quem quero agradecer, igualmente, o contributo para o sucesso destes trabalhos, pela elevação da sua prestação. Deixo-lhe também uma palavra, que se impõe, de reconhecimento enquanto membro da Mesa, enquanto Vice-Presidente, pelo seu contributo inexcelável para que chegássemos até aqui sem incidentes relevantes, sendo, nessa parte, também merecedor de uma palavra de reconhecimento.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Cumprimento o Sr. Presidente e as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Como nota introdutória, quero felicitar o trabalho e o esforço dos serviços desta Comissão, que foi inexcelável e que contribuiu para o sucesso e o êxito de todos trabalhos desta Comissão, estendendo este meu agradecimento e felicitação ao Sr. Presidente da Comissão, pela condução dos trabalhos.

Da discussão e aprovação deste Relatório da Comissão de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda retira várias ilações.

Primeira: ficou confirmado o que o Bloco de Esquerda disse na altura dos acontecimentos de Tancos, ou seja, houve uma falha grave numa das

funções centrais do Estado, a defesa, e as consequências podiam ter sido de uma enorme gravidade.

Segunda: o Parlamento e o País ficaram a conhecer, de forma detalhada, o estado em que se encontrava uma das infraestruturas de elevada sensibilidade militar em termos de segurança, ou seja, a acentuada degradação, ao longo de vários anos, dos Países Nacionais de Tancos.

Terceira: havia relatórios, normas, reportes, inspeções onde os problemas tinham sido diagnosticados, mas quem tinha a responsabilidade de decidir e atuar nada fez, não o considerando prioritário.

Quarta: algumas chefias militares superiores, particularmente no seio do Exército e da Polícia Judiciária Militar, não atuaram como lhes competia, utilizando normas e procedimentos desadequados, falharam na supervisão, rivalizaram entre si e até atuaram violando a própria lei, como é o caso da própria Polícia Judiciária Militar.

Quinta: esta Comissão atuou e circunscreveu-se ao objeto e ao âmbito para que fora constituída, no sentido de apurar factos, consequências e responsabilidades políticas sobre o furto de Tancos, não se intrometendo na parte judicial, como não podia deixar de ser.

Sexta: pelas audições havidas e documentos consultados, não ficou provado que tenham existido interferências políticas na instituição militar, nomeadamente no Exército e na Polícia Judiciária Militar.

Sétima: o Relatório, muito em particular as suas conclusões e recomendações, ficou notoriamente enriquecido com os inúmeros contributos de todos os grupos parlamentares, sem exceção, tendo o Relator feito um esforço para acolher essas propostas, o que é de relevar.

Oitava: na parte que lhe diz respeito, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda congratula-se pelo facto de a esmagadora maioria das suas propostas terem sido aprovadas e incorporadas no Relatório.



Nona: algumas dessas propostas acolhidas tinham como finalidade moderar e até eliminar alguns conteúdos menos imparciais, sendo de felicitar o facto de o Relator as ter aceiteado.

Décima: o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda releva como bastante significativo o facto de, por proposta sua, esta Comissão ter apurado que o poder político, particularmente durante a Reforma 2020, implementada pelo Governo anterior, PSD/CDS, colaborou, ou seja, foi corresponsável, a par do poder militar, pela situação que se verificou em Tancos, visto que a determinação da tutela política era dar prioridade aos investimentos na componente operacional, com prejuízo da componente fixa, o que se refletiu na degradação dos Paióis Nacionais de Tancos.

Décima primeira: também é de assinalar a aprovação de uma outra proposta apresentada pelo Bloco, respeitante ao facto de o ex-Ministro da Defesa nada ter feito para esclarecer toda a situação, como lhe competia, logo que tomou conhecimento da informação transmitida pela Procuradora-Geral da República sobre a ação ilegal desenvolvida pela Polícia Judiciária Militar.

Décima segunda: o Bloco de Esquerda lamenta que tenha sido eliminada uma proposta referente ao caso do Colégio Militar, em que alguns alunos foram discriminados em função da sua orientação sexual, e à situação da investigação das mortes de instruendos ocorridas em treino de Comandos, dois casos em que o Ministro da Defesa agiu corretamente, na opinião do Bloco de Esquerda, e que potenciaram a contestação existente na estrutura superior do Exército ao Chefe do Estado-Maior do Exército e até ao próprio Ministro.

Décima terceira: no campo das recomendações, seria desejável que tivesse sido aprovado o reforço da democraticidade interna ao nível das estruturas do Exército e dos outros ramos das Forças Armadas, incluindo ao nível das chefias, atualizando e modernizando normas e processos

desatualizados e ao arrepio dos princípios da própria Constituição da República.

Décima quarta: refiro apenas dois exemplos para ilustrar o ponto anterior.

Primeiro exemplo: no Regulamento Interno e Guia do Aluno do Colégio Militar, aprovado após a instituição ter passado a acolher raparigas, considerava-se uma infração muito grave, e cito, «a manifestação de afetos que possam comprometer os princípios inerentes a um ambiente pedagógico saudável», estando na mesma categoria do roubo e da posse ou do consumo de drogas. Esta rigidez do Regulamento Interno feria a própria Constituição da República, o que foi confirmado, na altura, por diversos especialistas.

Segundo exemplo: no caso das mortes dos Comandos, segundo a Inspeção Técnica Extraordinária ao Curso de Comandos, realizada pela Inspeção-Geral do Exército, concluiu-se que o referencial do curso remontava a 2002 e encontrava-se desadequado, pois não estava definido o perfil de competências físicas, tendo sido recomendadas várias medidas.

Décima quinta: uma outra recomendação do Bloco de Esquerda, que não foi aprovada, era que o Governo ponderasse a extinção da Polícia Judiciária Militar, passando todas as suas funções e competências para a alçada da Polícia Judiciária. Esta não é uma recomendação nova por parte do Bloco de Esquerda, mas, não obstante a mesma não ter sido aprovada, a verdade é que uma das conclusões aprovadas por esta Comissão é a de que à Polícia Judiciária não está vedada a intervenção na investigação de crimes de natureza estritamente militar, ou seja, a Polícia Judiciária pode assumir todas as competências da PJM, como órgão de polícia criminal.

Décima sexta: embora esta recomendação tenha sido rejeitada por esta Comissão, há mais entidades que pensam, ou já pensaram, da mesma forma, com destaque para a anterior Procuradora-Geral da República. Até o atual Primeiro-Ministro, quando foi Ministro da Justiça de António Guterres, entre

1999 e 2002, defendeu o fim da Polícia Judiciária Militar, através da sua fusão com a Polícia Judiciária, e também o Governo de José Sócrates chegou a equacionar, em 2006, essa fusão, embora sem sucesso, visto ter tido a oposição das chefias militares.

Décima sétima: o que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda espera é que este Relatório e, muito em especial, as suas conclusões e recomendações sirvam para que nunca mais se verifique no País um caso como o que ocorreu em Tancos.

Décima oitava: PSD e CDS, certamente, queriam outro Relatório, queriam outras conclusões e recomendações que dessem cobertura à sua tese inicial da cabala política, já que o diabo nunca mais chegava.

Finalmente, décima nona ilação: para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, foi importante a constituição desta Comissão de Inquérito, cujos resultados estão plasmados nas conclusões e recomendações do seu Relatório, que o Bloco votou favoravelmente.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que igualmente saúdo, agradecendo todo o contributo que deu para a qualidade dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Deputado Coordenador indica que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fará uma intervenção desdobrada e, portanto, o tempo será repartido pelos Srs. Deputados Santinho Pacheco e Diogo Leão.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Santinho Pacheco, que cumprimento e a quem agradeço a disponibilidade.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero fazer alguns agradecimentos e dizer apenas que, num tempo particularmente mediático, esta Comissão de Inquérito a Tancos decorreu exemplarmente,

com tranquilidade e normalidade, o que só prestigia o trabalho político e parlamentar.

Muita da dignidade com que esta Comissão funcionou deve-se à mestria na condução isenta, metódica e, por vezes, até bem-humorada dos trabalhos por parte do Presidente, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, que, desde a primeira hora, zelou pelo bom andamento dos trabalhos e pelo escrupuloso cumprimento do Regulamento desta Comissão de Inquérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Vice-Presidentes.

Quero deixar uma palavra de reconhecimento a todos os Srs. Deputados Coordenadores e, na sua pessoa, a todos os Deputados dos vários grupos parlamentares que participaram nos trabalhos da Comissão. Tudo o que apurámos, tudo o que aprendemos nesta Comissão foi também produto das vossas interrogações e afirmações, umas mais pertinentes que outras, obviamente, mas esse é o espírito democrático que nos senta à volta desta mesa.

Deixo uma palavra especial, muito justamente, ao nosso Coordenador de bancada, Sr. Deputado Ascenso Simões, que, com a sua experiência política e parlamentar, nos liderou ao longo destes mais de seis meses de trabalho.

Quero deixar ainda a nossa justa homenagem ao Relator desta Comissão, Sr. Deputado Ricardo Bexiga, que desenvolveu um trabalho sério, sólido, independente e rigoroso no apuramento dos factos, das conclusões e recomendações que saem desta Comissão de Inquérito, fruto não do que uma maioria quer, mas do que a verdade justifica.

Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PS também não podia deixar de reconhecer e agradecer a todos os que nesta Comissão de Inquérito prestaram depoimentos. Foram eles a base do Relatório que esta Comissão produziu e estamos gratos pelas horas que dispensaram da sua vida pessoal e profissional para vir esclarecer o objeto desta Comissão.

Não podemos deixar, igualmente, de sublinhar e de agradecer o excelente trabalho desenvolvido pelos funcionários da Assembleia da República que, em permanência, apoiaram os trabalhos desta Comissão de Inquérito, em especial pelos que nos acompanharam nestas longas jornadas de audições.

Aos Srs. Jornalistas e à comunicação social, em geral, pelo seu papel insubstituível junto da opinião pública, deixo o nosso apreço.

A todos os que contribuíram para os trabalhos desta Comissão de Inquérito, sem exceção, o nosso sincero obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Santinho Pacheco, pelas suas palavras.

Tem, agora, a palavra ao Sr. Deputado Diogo Leão, que também quero cumprimentar.

**O Sr. Diogo Leão (PS):** — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já teve oportunidade de afirmar que esta Comissão de Inquérito desenvolveu um trabalho sólido, independente e rigoroso no escrutínio que, ao longo de mais de seis meses, desenvolveu, analisando as consequências e as responsabilidades, produzindo conclusões e recomendações que resultaram da análise de várias dezenas de documentos e de 46 audições de indivíduos, de dirigentes e de responsáveis máximos ligados ao Exército, às Forças Armadas, aos serviços de informações, às forças de segurança, aos órgãos de investigação criminal, à justiça e ao poder político.

Esta Comissão de Inquérito elaborou um Relatório respeitando e tendo em conta as sugestões de alteração apresentadas pelos vários grupos parlamentares que, ao longo destes mais de seis meses, contribuíram para o

melhor esclarecimento possível das consequências e responsabilidades do furto de material militar ocorrido em Tancos e do seu reaparecimento.

Para o trabalho de inquérito propriamente dito, as centenas de interpelações somadas, de cada Deputado individualmente e de todos os grupos parlamentares, a que assistimos em todas as audições complementaram-se tantas vezes e foram úteis para as finalidades da Comissão e, nesse prisma, estamos todos de parabéns e creio que todos procuraram ter um contributo construtivo.

No Relatório, foram voluntariamente aceites cerca de 36 propostas ponderadas do PSD, 13 do CDS, 28 do PCP e 21 do Bloco de Esquerda. Foram quase 100 propostas ponderadas pelo Relator e integradas neste Relatório final, de um total de 151 propostas de alteração, aditamento ou eliminação, isto é, dois terços das propostas de alteração foram aceites *a priori*, o que espelha objetivamente a abrangência e o respeito pelos contributos de todos os grupos parlamentares.

Nas conclusões do Relatório, procurou-se, essencialmente, apurar factos e compreender as responsabilidades próprias dos diversos intervenientes e das instituições, assim como, nas recomendações, se procurou formular contributos que possam ter utilidade futura, sendo estas consideradas com o peso institucional de recomendações feitas pela Assembleia da República ao Governo, direcionadas a setores da Administração que dele dependem para melhorar o que há a melhorar e para evitar as faltas que identificámos.

Ao contrário do PSD, não subscrevemos que apurar responsabilidades numa Comissão de Inquérito seja o mesmo que atribuir culpas a estes ou àqueles, como sugeriu a Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral na sua intervenção de ontem. Procurou-se, de facto, compreender, o melhor possível, o que aconteceu e, nesse exercício, ganha, sobretudo, o País com o esclarecimento dos factos.

Este não é o Relatório do Deputado Relator — cujo trabalho, no entanto, agradecemos e enalteçemos —, muito menos é o Relatório do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ou de qualquer outro grupo parlamentar. É o Relatório da Comissão e foi constituído com essa mesma dignidade e com o concurso de todos, como, aliás, pertence à democracia.

Se este não é um Relatório parcial, se não é o Relatório de nenhum dos grupos parlamentares, também não é, certamente, o Relatório do CDS-PP. A este respeito, permitam-me que cite o Grupo Parlamentar do CDS, em dois trechos muito breves. Primeiro, «O Governo procurou, numa primeira fase, desvalorizar o sucedido, depois alegou desconhecimento e, por fim, tentou precipitadamente encerrar o problema.» Segundo: «As negações, omissões e contradições dos factos praticadas pelo Governo ao longo deste processo foram constantes e sistemáticas.»

Ora, estas duas citações podiam, eventualmente, ser retiradas de considerações do CDS feitas hoje ou ontem, somando-se a outras do género. Podia citar as palavras do Sr. Deputado Telmo Correia quando, ontem, acusou, à falta de melhor palavra, o Partido Socialista e outros partidos de, nesta Comissão, uma tentativa de branqueamento deste Relatório,...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não há melhor palavra, é verdade!

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — ... ou, ainda, as palavras do CDS, na reunião da tarde de ontem, quando afirmaram que o Sr. Primeiro-Ministro faltou à verdade ao País, o que o Sr. Deputado Telmo Correia, hoje, falando em omissão, no fundo, reiterou. Isto pertence ao campo das declarações de intenções, o que, para além de não corresponder minimamente à verdade, é somente um mau sinal de sectarismo do CDS...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É, é!...

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — ... na deturpação da realidade.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Chame lá o Sr. Ministro de volta!

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — A verdade é que os dois trechos iniciais, da autoria do CDS-PP, que tive oportunidade de partilhar não foram ditos ontem nem hoje, são citações da exposição de motivos, apresentada para a constituição desta mesma Comissão, em outubro de 2018.

Estamos conscientes de que, para quem, durante dois anos, não quis outra coisa senão fazer deste um caso político, embora sem matéria de facto, será sempre muito difícil aceitar a verdade do que foi apurado.

Como cremos ter demonstrado, os partidos que entraram nesta Comissão de Inquérito com as conclusões já formuladas no preâmbulo da sua iniciativa são, a meu ver, hoje, naturalmente, incapazes de aceitar o erro, porque, politicamente, não é a verdade dos factos que sustenta a sua retórica política.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Por isso, preferem sustentar o erro, as perceções e as suas declarações de intenções, o que é natural, mas não me parece ser uma boa prática para se entender esta Comissão de Inquérito. A verdade é que, mais de seis meses depois, continuam a demonstrar que, afinal, não precisavam desta Comissão para nada.

O CDS entrou nesta Comissão de Inquérito com 50 conclusões pré-concebidas sobre Tancos e sai desta Comissão de Inquérito com as mesmas 50 conclusões pré-concebidas sobre Tancos,...



O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Confere!

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — ... porque esteve aqui com uma carta de missão errada: a de atribuir ao poder político a responsabilidade de todos os erros e de todas as irregularidades relacionadas com Tancos.

Entrando mais no campo da ficção e das alegorias, como, aliás, foi apanágio do CDS durante estes seis meses, a conclusão a que podemos chegar, eventualmente, é a de que o CDS começou esta Comissão de Inquérito a dizer que o Sr. Primeiro-Ministro era o Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 e que o Sr. Ministro da Defesa era o soldado que estava de vigia aos paióis! Porventura, exagero, concedo isso, mas, mesmo assim, fico muito aquém dos exageros do CDS em torno da discussão deste Relatório, quer ontem quer hoje.

A verdade é que, ao longo de 46 audições, todos os indivíduos, militares e civis, que se apresentaram nesta Comissão e foram questionados sobre o conhecimento de alguma ilegalidade por parte do poder político relacionado com o caso de Tancos recusaram e negaram essa hipótese. Da mesma forma, ficou claro, no capítulo sobre as responsabilidades governativas deste Relatório, que não se verificou qualquer interferência política na ação do Exército ou na atividade da Polícia Judiciária Militar relacionada com os acontecimentos de Tancos.

A nossa palavra final, Sr. Presidente, não pode deixar de ser para as Forças Armadas portuguesas. O que aconteceu em Tancos não pode ser apagado — foi, sem dúvida, uma falha de enorme gravidade —, mas pode-se e deve-se aprender com os erros e sabemos que o Exército e as Forças Armadas estão hoje, mais do que nunca, a trabalhar para a segurança das suas infraestruturas.

Gostava também de afirmar que não é um núcleo reduzido de oficiais de várias patentes, sargentos ou praças, com condutas irregulares ou até, certamente, ilegais e que estão ao abrigo de um processo que corre na justiça e de uma investigação que está em curso, que diminui o prestígio de uma instituição multiseccular como o Exército e as Forças Armadas, onde este ramo se insere.

Terminando, Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista expressa, uma vez mais, toda a confiança e todo o orgulho no papel das Forças Armadas portuguesas e do Exército português, nas missões que continuam a desempenhar, em honra do brio nacional.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir, dirijo-me a todas as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e a todos os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, partilhando a palavra de reconhecimento pelo seu contributo para os nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral, nos mesmos termos.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, quero começar por, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, dirigir uma palavra de felicitação e de agradecimento aos serviços de apoio a esta Comissão, pelo trabalho desenvolvido ao longo destes seis meses, que, naturalmente, muito facilitou todo o nosso trabalho e o facto de termos chegado onde chegámos com missão cumprida.

Saúdo o Presidente da Comissão pela forma como conduziu os trabalhos e deixo também uma palavra de saudação ao Relator pelo trabalho acrescido que teve na Comissão, sem prejuízo, obviamente, das nossas divergências.

Registo também o empenhamento de todos os Deputados que fizeram parte desta Comissão e, de forma particular, na qualidade de Coordenadora,

agradeço o empenhamento de todos os Deputados do Partido Social Democrata.

Em termos de apreciação final dos nossos trabalhos, gostaria de começar por dizer que o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos, aprovado com os votos favoráveis do PS e dos partidos de esquerda que suportam este Governo, traduz, na nossa perspectiva, uma visão incompleta e parcial do que se passou durante as audições deste inquérito. E refiro isto não tanto por aquilo que o Relatório traz, mas por aquilo que o Relatório não espelha.

Ficou, para nós, claro que o afastamento de responsabilidades políticas do atual Governo em todo este processo foi a motivação fundamental do Grupo Parlamentar do PS desde o início das audições. Isso mesmo foi facilmente comprovado pelas diversas intervenções dos Deputados do Partido Socialista ao longo dos trabalhos desta Comissão, que foram sempre no sentido de elaborar uma narrativa que, ao mesmo tempo que atribui culpas ao Exército e à PJ Militar, enaltece e branqueia o desempenho dos responsáveis políticos socialistas, nomeadamente do ex-Ministro Azeredo Lopes e do Primeiro-Ministro, António Costa.

Desde o início dos trabalhos que o Partido Socialista e os partidos que apoiam este Governo procuraram diluir responsabilidades, alargando o âmbito da Comissão aos Governos anteriores, mas rapidamente se apurou que não havia qualquer responsabilidade política, apesar do esforço que o Bloco de Esquerda, constante e sistematicamente, fez para trazer esse assunto à discussão.

O atual Governo foi o único que tomou conhecimento da situação em que se encontravam as instalações dos Paíóis Nacionais de Tancos. Foi com este Governo que o furto ocorreu — é um facto, não há volta a dar! — e foi com estes responsáveis políticos que assistimos a uma tentativa de

desvalorizar e secundarizar o sucedido, de forma a não prejudicar a imagem do Governo.

Fica, para nós, evidente que o Relatório Final, aprovado hoje pela esquerda parlamentar, vai nesse mesmo sentido, designadamente pelas razões que passo a elencar.

Primeiro, porque assume uma clara opção política relativamente ao que se passou em Tancos, assacando responsabilidades, quase exclusivamente, ao Exército pelas falhas de segurança e à PJM pelo modo como conduziu as investigações posteriores ao furto, procurando ilibar completamente os responsáveis políticos.

Segundo, porque procurou afastar a ideia de que poderão ter ocorrido interferências políticas quer sobre a atuação do Exército quer sobre a atuação da PJM. Ora, para nós, não é possível afirmar com total certeza que não existiram essas pressões políticas, muito particularmente sobre o Gen. Rovisco Duarte.

Terceiro, porque o Relatório Final procura, de forma evidente, afastar responsabilidades políticas quer do ex-Ministro da Defesa Nacional Azeredo Lopes quer do próprio Primeiro-Ministro, António Costa, em todo este processo. Para nós, este é um ponto essencial e que justifica o nosso voto contra um Relatório, porque procura branquear a atuação destes dois responsáveis políticos em diversos momentos fundamentais de todo este processo.

Quarto, porque o Relatório procura blindar o Primeiro-Ministro de qualquer conhecimento sobre a atuação da PJM antes do dia 12 de outubro de 2018. Se é verdade que isso foi referido pelo próprio, como é natural, e pelo seu Chefe de Gabinete, também não é menos verdade que é legítimo manter essa dúvida, tendo em conta as diversas declarações do Primeiro-Ministro sobre este assunto, nesta Casa e fora do Parlamento.

Quinto, porque não constam das conclusões pontos que ficaram provados, como foi o caso do conhecimento do ex-Ministro da Defesa Nacional Azeredo Lopes do essencial dos documentos entregues pelo Cor. Luís Vieira e pelo Maj. Vasco Brazão ao Gen. Martins Pereira, em reunião ocorrida no Ministério da Defesa Nacional (MDN).

Sexto, porque ficou provado que o ex-Ministro da Defesa Nacional Azeredo Lopes soube do comportamento da PJM, no sentido da recuperação do material furtado de Tancos. Foi mesmo aqui dito pelos Deputados do Partido Socialista que o Cor. Luís Vieira implicou o ex-Ministro da Defesa Nacional, informando-o, através do seu Chefe de Gabinete, da operação encenada para a recuperação do material furtado em Tancos.

Sétimo, porque, apesar de ter ficado provado que os documentos entregues ao Gen. Martins Pereira indiciavam, claramente, um comportamento ilegal por parte da PJM e que disso teve conhecimento o Ministro Azeredo Lopes, quer através do que lhe foi comunicado sobre o essencial desses documentos, quer através do telefonema da Procuradora-Geral da República Joana Marques Vidal, todos estes pontos não constam do Relatório.

Oitavo, porque não se pode afirmar, com total certeza, que o Primeiro-Ministro apenas teve conhecimento da atuação da PJM no dia 12 de outubro de 2018. Se é certo que isso não ficou provado, também não se pode afirmar com toda a certeza que isso não aconteceu.

O comportamento normal nas relações interpessoais entre os membros do Governo e o Primeiro-Ministro é o de transmitir e não o de omitir este tipo de informações, sobretudo com a sensibilidade que o documento em causa tinha, dada a matéria em presença, assim como também não é admissível que o Primeiro-Ministro nunca tenha questionado o Ministro da Defesa Nacional...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — ... sobre este processo ao longo de um ano, que foi o tempo que mediou entre a entrega dos documentos no MDN e a demissão do Ministro.

Nono, porque é incompreensível que uma Comissão que tinha por objeto encontrar as responsabilidades políticas neste processo acabe por concluir que as mesmas não existiram, quando o Ministro da Defesa Nacional e o Chefe do Estado-Maior do Exército se demitiram exatamente na sequência do episódio da recuperação do material furtado em Tancos.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Então, pergunto a esta Comissão: se estas não são consequências políticas do furto ocorrido nos Paióis Nacionais de Tancos, são o quê?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Se não são, então, o melhor é pôr no Relatório que os dois devam ser reintegrados, como aconteceu com os coronéis responsáveis pelos regimentos.

Décimo, porque não podemos deixar de concluir que tudo foi feito, ao longo deste processo, culminando na aprovação deste Relatório Final, para proteger a imagem do Governo, do ex-Ministro Azeredo Lopes e do Primeiro-Ministro, António Costa.

Décimo primeiro, porque, ao fim de todas as audições realizadas e da aprovação deste Relatório Final, poucas são as certezas que ficam para os portugueses acerca do nosso trabalho quanto às responsabilidades que,

realmente, deviam ter sido apuradas e muitas são as dúvidas que ficam após a aprovação deste Relatório.

Por tudo isto e porque não foram atendidas as várias alterações propostas pelo PSD relativamente aos pontos que acabámos de referir, o Grupo Parlamentar do PSD não poderia deixar de votar contra o Relatório apresentado pelo Partido Socialista e pelo Deputado Ricardo Bexiga.

O Sr. **Presidente**: — Antes de terminarmos, queria apenas dar duas notas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como referi no início dos trabalhos, estas declarações finais integrarão o processo que será enviado a S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia da República, a título de declarações de voto.

Aos grupos parlamentares que entendam apresentar declaração de voto escrita, pedia que o fizessem até sexta-feira. Como sabem, na próxima semana são as Jornadas Parlamentares do Partido Socialista e, portanto, segunda-feira é a data limite, a partir da qual não há qualquer ato a praticar por esta Comissão. Como já foi anunciada essa predisposição, pedia que as declarações de voto fossem entregues até sexta-feira.

Chamo, ainda, a atenção das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados para o facto de se encontrar já incluída na ordem do dia do Plenário de 3 de julho a discussão do Relatório, no âmbito da qual serão atribuídos tempos a todos os grupos parlamentares, bem como ao Presidente e ao Relator.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, pedia que atribuísse 2 minutos ao Sr. Relator, uma vez que ontem encerrámos as votações sem que ele pudesse agradecer e terminar os trabalhos com uma saudação...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Ó Ascenso, ele não quer!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não quer? Ah, pronto!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Relator prescinde de usar da palavra para proceder aos agradecimentos, o que me dá a oportunidade de, expressamente, enquanto representante de toda esta Comissão, agradecer o trabalho desenvolvido pelo Sr. Relator, estendendo, obviamente, uma vez mais, o agradecimento a todas as Sr.<sup>as</sup> e a todos os Srs. Deputados e reiterando o meu agradecimento aos serviços de apoio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ao fim de várias largas dezenas de reuniões, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço o vosso contributo.

Estão encerrados os trabalhos da Comissão de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

*Eram 11 horas e 17 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.